



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

O novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) veio reduzir a representatividade dos estudantes nos órgãos de gestão na Universidade, diminuindo assim o seu carácter democrático. Hoje, no Conselho Geral da Universidade do Minho, numa esfera de 23 representantes, apenas 4 são estudantes e 5 são entidades (personalidades de mérito reconhecido) externas à Universidade.

Isto veio também agilizar o processo de passagem da Universidade do Minho a Fundação de Direito Privado, o que faz transparecer o rumo que o Governo toma na educação em Portugal: a privatização, o desinvestimento e a crescente noção do ES, não como um direito, mas sim como um privilégio apenas para quem o pode comportar financeiramente.

Entendemos que os estudantes da Universidade do Minho devem estar atentos a este processo, anunciado para breve pelo Conselho Geral, integrando a luta contra a privatização e elitização do Ensino Superior, não deixando que esta discussão passe ao lado dos interesses dos que serão mais afectados pelas consequências da passagem a Fundação da UM: os estudantes.



No contexto da aplicação do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) concertado entre PS e PSD, o Governo PS decretou novos cortes nos apoios e prestações sociais. Os estudantes do E.S. não ficaram de fora destas opções de favorecimento do grande capital e como tal as alterações na capitação dos rendimentos do agregado familiar. Para além disto, para fazer o cálculo da bolsa, passam a ser considerados os rendimentos anuais ilíquidos, e não os líquidos do trabalho dependente, como até agora se verificava. Estas são manobras que afastam cada vez mais estudantes do acesso à bolsa e fazendo com que muitos deles possam deixar de a ter ou vejam o seu valor reduzido. Estimativas feitas revelam que estas alterações poderão deixar de fora entre 30 e 40 % dos bolseiros.

Na UM, cerca de 6000 estudantes tiveram acesso à bolsa no último ano lectivo. Com a nova formula de cálculo, significa que mais de 2000 estudantes poderão deixar de contar com este importante apoio social.

A JCP apela à luta organizada como forma de travar os avanços da política de direita, que pintam um quadro negro para o Ensino Superior: a privatização com a passagem a Fundação de Direito Privado, o aumento do valor das propinas, os cortes orçamentais para o ES e na ASE.

A JCP defende um Ensino Superior público, sem propinas e de qualidade, exigindo um efectivo financiamento das Instituições de Ensino Superior, com um reforço da Acção Social Escolar. Só desta forma o Ensino Superior cumprirá o seu papel fulcral no desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente livre e na formação de todos os indivíduos.

Lutar é Superior!

Queres aderir ou saber mais sobre a JCP?

Nome: _____

Aderir

☐

Morada: _____

Informações

☐

Telemóvel: _____

www.jcp-pt.org | mail@jcp-pt.org R. Sto André nº15 - 4710 Braga

